

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### Sessão Ordinária do dia 26 de abril de 2022 - Ata n.º 34.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.<sup>s</sup> Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **34.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 33, de 25 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.<sup>s</sup> Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Nosso nobre 1.º Secretário, consulto se há Expediente a ser lido.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. 2.º Secretário, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Sr.<sup>s</sup> Deputados.

**Mensagem:** (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 29/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 167/2022) que institui a Lei Orgânica da Polícia Científica do Paraná e dá outras providências. Era isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos de imediato ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Soldado Fruet.

**DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados, paranaenses que nos acompanham nesta tarde, boa tarde a todos. Minha fala hoje, Sr. Presidente, será bem breve. Na verdade, é um pedido que faço ao Governador do Estado do Paraná, por meio do Líder do Governo Deputado Marcel, infelizmente não está na Casa ainda, mas ele vai receber, com toda certeza, o recado. Nos últimos anos, os Policiais Militares do Estado do Paraná estão abandonados à própria sorte. Perdemos direitos históricos. Tivemos a nossa data-base desrespeitada. Esperamos meses por uma tabela de subsídio descente e quando veio foi aquela vergonha. Os Policiais Militares do Estado do Paraná estão, sim, sendo desrespeitados pelo Poder Executivo. Nos últimos dias, o que ocorreu em Guarapuava acendeu um alerta no Governo, porque está mais do que na hora de este Governo reconhecer algumas falhas e erros na segurança pública do Estado do Paraná. Reconhecer a falta de estrutura física; reconhecer a falta de armamento pesado, de viaturas blindadas, falta de policiais e apoio aos policiais que aí estão. Tanto apoio financeiro, como apoio psicológico, de saúde, porque nossos policiais estão ficando doente mentalmente. Não podemos mais permitir um *tapa na cara* dos Praças do Estado do Paraná. Dia 21 de abril é uma data histórica para os policiais na questão de progressão e promoções. Saiu uma lista de promoção dos Oficiais, dos Praças não saiu nada. E, para piorar ainda, Sr. Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, saiu uma nota da Secretaria da Fazenda dizendo que o Estado não disponibiliza recursos para honrar as promoções dos Praças, mas as dos Oficiais saíram. Seria um impacto financeiro de, mais ou menos, R\$ 3 milhões para as promoções dos Praças, mas vemos todo dia decretos mostrando alterações orçamentárias de superávit. Eu mesmo trouxe aqui R\$ 700 milhões da Copel e da Sanepar que não estavam previstos na LOA, mas tem dinheiro em caixa. Não existe duas polícias militar no Estado do Paraná. Existe uma só e o Governo com essa atitude ele cria uma divisão, porque saíram promoções para os Oficiais, mas não saíram para os Praças. E ainda a Secretaria da Fazenda solta uma nota dizendo que não tem recurso para obedecer à lei, que é lei isso! E mais

uma vez o Governo não está obedecendo à lei. Espero que o Líder do Governo, quando chegar aqui à Casa, vou conversar com ele, que leve esse pedido ao Governo do Estado do Paraná e peço aí bom senso do Governo, que respeite a lei. Dinheiro tem, tem e bastante. O mínimo que esse Governo pode fazer é respeitar as promoções dos Praças, porque não vejo Coronel, não vejo Major, não vejo Capitão morrer por suicídio, mas vejo Praça morrer. Coronel, Major, Capitão, Tenente, eles são merecedores, sim, de promoções, mas os Praças também. O Orçamente é um só, não existe duas polícias, existe uma polícia militar no Estado do Paraná. Então, se tem para uma categoria, tem que ter para outra categoria. Cria-se um dissabor entre as classes e quem está criando isso é o Governo do Estado do Paraná. Espero que o Deputado Marcel leve esse nosso pedido e respeite as promoções e progressões dos nossos guerreiros, dos nossos Praças que estão na linha de frente. Só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):** Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. Quero cumprimentar todos que acompanham esta Sessão pelas mídias sociais, pela *TV Assembleia*, aqui companheiras que estão acompanhando esta Sessão. São companheiras e policiais militares que, com certeza, merecem sempre o nosso respeito e todo o trabalho que é feito pela polícia do Estado do Paraná merece o nosso respeito. E também aqui endossar as palavras do Deputado Fruet. Infelizmente o Governo que temos não respeita o trabalho que é realizado pela polícia do nosso Estado. Não respeita os direitos dos policiais e infelizmente temos os policiais hoje pedindo socorro para poder sobreviver. Então, fica aqui o nosso descontentamento com a forma como o Governador Ratinho Junior tem agido com a polícia do nosso Estado do Paraná. Também, Sr. Presidente, faço uso deste espaço e quero aqui, de maneira bem especial, cumprimentar a Valquíria, que é Presidente da APP-Sindicato. A APP-Sindicato que hoje, Sr. Presidente e Sr.<sup>s</sup> Deputados, completa 75 anos de existência. A APP-Sindicato foi fundada em 1947, no dia 26 de abril 1947, com muita luta, com

muito suor, com muitas conquistas durante esses 75 anos. Quem tem luta, tem história, aliás, quem tem luta tem muita história para contar, mas também tem muitas conquistas a comemorar. Podemos dizer isso da APP-Sindicato. Claro que esses 75 anos, foram 75 anos de muito trabalho, 75 anos de muito suor, de muita organização, mas também podemos dizer aqui, sim, de muitas conquistas a todos os trabalhadores e trabalhadoras na educação do nosso Estado do Paraná. São mais de 70 mil associados, no sindicato; mais de 70 mil sindicalizados e sabemos que o sindicato tem trabalhado sempre – desde o seu surgimento – na defesa de uma educação pública de qualidade; na defesa da inclusão social; na defesa da alfabetização de todos os paranaenses. Não ao fechamento das escolas, não ao fechamento de turmas; sim ao respeito a cada professor, a cada professora, a cada funcionário de escolas. Por isso que a APP-Sindicato hoje, nos seus 75 anos, celebra muitas conquistas que começaram já em 1947, no seu surgimento, mas que no decorrer da história, e aqui cito, desses 75 anos, datas que marcaram muito a história da APP, quando em 1970 conseguiu aprovação do Estatuto do servidor público. Depois já em 76, aprovação do Estatuto do Magistério. Um a grande conquista aconteceu em 2004, com o Governador Roberto Requião, quando conquistou o Plano de Cargos e Salários. Importante dizer que também uma grande conquista foi em 2008, com o plano dos funcionários de escolas, quando esse plano se estendeu também aos funcionários de escolas. Aqui dizer das conquistas, mas também é bom lembrar que por meio da luta houve muitos momentos de dor, como a questão do 30, do dia 30 de agosto de 1988, quando então o governador na época, Álvaro Dias, liberou para que os cavalos fossem para cima dos professores e todos os servidores em educação que estavam aqui na frente do Palácio Iguaçu. Também outra data que marcou muito e podemos dizer em um momento de muita dor de todos os profissionais da educação, de todos os professores, de todas as professoras, de todos os trabalhadores e trabalhadoras na educação foi o 29 de abril de 2015, quando então o governador à época, Carlos Alberto Richa... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE(Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputada Luciana, por favor, para concluir.

**DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT):** Na época, o Governador Carlos Alberto Richa determinou que a polícia usasse de bombas, de balas de borracha, de cães para cima de todos os manifestantes, ferindo mais de 400 manifestantes aqui na frente desta Casa de Leis, aqui na frente também do Palácio Iguaçu. É muito triste quando nos lembramos desses acontecimentos, mas também é importante dizer que sem luta não temos conquista. Por isso quero dizer: vida longa à APP-Sindicato. Desejo, Valquíria, que a APP tenha muitos e muitos anos de vida, com muitas conquistas a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação do nosso Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, cumprimentar a população que acompanha nossa Sessão, cumprimentar os nossos visitantes, as nossas visitantes. Temos policiais aqui presentes e temos também a Presidente da APP-Sindicato, Professora Valquíria Manzetto, que nos honra com sua presença aqui também na Assembleia. E é exatamente no dia em que a APP completa 75 anos. Fundada em 47, logo após ali o término da Segunda Guerra Mundial e com um objetivo: de fazer com que a educação fosse a mola mestra para o desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento também econômico do nosso Estado, do nosso País. Quero, em nome da Professora Valquíria, cumprimentar todos os profissionais da educação do Estado do Paraná. Professores e professoras, funcionários e funcionárias de escolas, os nossos profissionais também aposentados e aposentadas que continuam combatendo o bom combate. A APP foi fundada antes da criação da Secretaria de Estado da Educação. Após a fundação da APP-Sindicato, então, cria-se a Secretaria de Estado da Educação. E a APP tem feito contribuições muito, muito importantes para o desenvolvimento do nosso Estado, porque nenhum povo se desenvolve sem educação, e a APP faz a defesa da educação pública de qualidade para toda a população. Então, poderíamos listar aqui várias coisas boas que a APP fez para

melhorar a educação do Estado do Paraná. Podíamos falar da conquista de concursos públicos, da conquista do Estatuto do Magistério, dos planos de carreira, tanto para professores e professoras, quanto para funcionários e funcionárias de escola. Da luta que a APP travou para aumentar o investimento em educação. A APP participou da luta nacional para fixar um percentual mínimo de investimento em educação no Brasil, mas aqui no Paraná também participou, estava presidindo a APP, em 2006, quando conquistamos o aumento de 25 para 30% do investimento dos impostos em educação no Paraná. A nossa Constituição recebeu nova redação no art. 185, assegurando que a educação básica e o ensino superior no Estado do Paraná recebessem no mínimo 30% dos impostos dos tributos do Paraná. Isso significa, este ano, 2,5 bilhões a mais no orçamento da educação. Temos, no Paraná, o ensino fundamental até o nono ano, do sexto ao nono ano, como responsabilidade do Estado. Temos sete universidades federais. Não teríamos se não tivéssemos mudado a Constituição do Paraná para aplicar no mínimo 30% dos impostos do Estado na educação. Então, isso é o esforço da APP-Sindicato; isso representa desenvolvimento para toda população do Paraná. Então, a APP-Sindicato faz uma luta muito bonita na defesa do interesse público... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, V.Ex.<sup>a</sup> pode falar no horário do Grande Expediente?

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Sim.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** A APP faz uma luta muito bonita na defesa do interesse público, contemplando a categoria que precisa de defesa. O sindicato é o instrumento para defender a categoria, mas vai para além da defesa da categoria, faz a defesa da sociedade paranaense, buscando sempre uma educação que seja inclusiva e que acolha todas as crianças, adolescentes e jovens, e adultos e idosos, que porventura precisam da escola pública, da universidade pública no Estado do Paraná. Então, quero parabenizar a APP-

Sindicato, parabenizar toda a categoria nossa de professores e funcionários de escolas do nosso Estado e ressaltar aqui também e parabenizar os nossos aposentados e aposentadas. E aí a professora Valquíria, nossa Presidente da APP, não vem aqui só para comemorar conosco os 75 anos da APP, vem aqui com as mãos cheias de documentos e nos entregou alguns documentos, documentos com a pauta de reivindicação da educação do Paraná, cobrando evidentemente a reposição da inflação de 2016 para cá, que já passa de 35%. Os salários estão defasados. Cobrando que retire o desconto da previdência para os aposentados. Aqueles que ganham abaixo do teto do INSS, que é sete mil e poucos reais, que até o teto do INSS os nossos aposentados e aposentadas não paguem previdência, porque houve redução de salário dos aposentados. Trazendo aqui na pauta, também, a reivindicação das promoções, das progressões, solicitando ao Governo que retire aquele intervalo, que revogue o dispositivo da LDO 2021 para permitir que, do dia 15 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021, esse tempo seja contado para todos os efeitos legais, contados para promoção, para progressão, para quinquênios, para anuênios. Ela vem trazer aqui essa reivindicação também, que é para professores e funcionários, mas ela vem trazer também a reivindicação do PDE, que desde 2015 não tem mais convocação para professores fazerem o PDE. Se não fizerem o PDE não vão para o último nível da carreira, se aposentarão recebendo metade do salário. Isto é uma grande injustiça! Também traz aqui na pauta de reivindicação a solicitação de que se revogue a terceirização dos funcionários de escolas; que se revogue a Lei que extinguiu o cargo de Agente I e Agente II da educação, porque é importante tratar esses profissionais como profissionais da educação, como educadores. E a carreira é permanente. Ela não é uma tarefa temporária na educação, é uma tarefa, é uma atividade essencial e permanente. Traz aqui a Valquíria, Presidente da APP, várias outras reivindicações que são importantíssimas para que possamos de fato comemorar com a APP-Sindicato os seus 75 anos de história bonita, em defesa da educação pública, em defesa do Estado do Paraná. Nenhum povo se desenvolveu sem investimento na educação e a APP sabe disso, faz essa cobrança com muita altivez. Então, parabéns à APP-

Sindicato e a todos nossos professores e professoras, funcionários e funcionárias, aposentados e da ativa. Quero aqui, então, pedir o apoio de todos os Deputados a esse Requerimento que fizemos, solicitando à Assembleia a homenagem aos 75 anos da APP-Sindicato, por todo esse histórico bonito de luta que tem travado a favor do povo do Paraná. Parabéns à APP-Sindicato! Parabéns à educação do nosso Estado! Quero também aqui, Sr. Presidente, fazer um convite a todos os Deputados e a todas as Deputadas para assinarem comigo este Projeto de Lei. Colocamos no sistema hoje. Este Projeto de Lei, Deputado Arilson Chiorato, vai disciplinar e vai dar a obrigação ao Poder Executivo de divulgar no Diário Oficial do Estado e por meio do Portal da Transparência, divulgar a relação dos empresários que são beneficiados pela renúncia fiscal. Divulgar a empresa e divulgar a quantia que ela está recebendo de benefício, quantos milhões ela está recebendo de benefício, para que a população possa acompanhar essas empresas, acompanhar esta renúncia fiscal e verificar se essas empresas estão dando contrapartida, porque a renúncia fiscal sempre é em nome de gerar emprego no Estado, de gerar renda, de produzir riqueza para a população do Paraná. Estou propondo então este Projeto porque percebi que é muito importante dar transparência e aí a Lei de Responsabilidade Fiscal trata deste tema e a nossa Constituição ampara este Projeto. E fui verificar como os demais estados do Brasil tratam o tema e tratam diferente, dão transparência. O Rio Grande do Sul, por exemplo, que deu aproximadamente 6 bilhões de isenção fiscal no ano passado, apresentou no Portal da Transparência, no Diário Oficial do Rio Grande do Sul o nome das empresas e o valor que cada uma teve de isenção fiscal. Isso não pode ser sigiloso! Ao mesmo tempo em que a educação está precisando de investimento, tanto o ensino superior quanto as escolas, quantos os profissionais da educação precisando de investimento, quanto a saúde do nosso Estado precisa de investimentos, temos gente na fila, esperando por uma cirurgia, por um exame há tempo. Quando a segurança pública precisa de um contingente maior de policiais, tanto civis quanto militares, quanto o Corpo de Bombeiros precisa de mais policiais, porque tem viaturas e às vezes não tem o policial, não tem o bombeiro para conduzir a viatura; quando os servidores de um modo geral estão



com os salários defasados, sem reposição há muito tempo; quando a assistência social do Estado precisa de recursos para investimento; quando estradas do nosso Estado estão esburacadas e precisando serem recuperadas, estamos vendo o Estado abrir mão de receita. As empresas cobram impostos do povo, da população, mas colocam no bolso esses impostos e não devolvem aos cofres públicos, para que possa fazer política pública. Então, quando o Governo diz que está dando isenção fiscal, deixando de cobrar impostos dessas grandes empresas para gerar emprego para desenvolver o Estado, dê transparência para que possamos olhar se essas empresas estão produzindo mesmo esses empregos tão propalados e esse desenvolvimento também tão difundido pelo Estado. Vamos verificar se as grandes fábricas de cerveja do Estado do Paraná ou de cosméticos ou empresas de veículos, enfim, essas empresas grandes que estão sendo beneficiadas. No ano passado foram mais de 12 bilhões de isenção, no primeiro ano do Governo Ratinho foram mais de 11 bilhões, para este ano mais de 17 bilhões de previsão de isenção fiscal, para o ano que vem passa de 18 bilhões e aí a promessa é de isenção até 2024, quando o Governador já não estará mais aqui, porque o mandato termina neste ano – já está propondo isenção em 2023 e 2024 acima de 18 bilhões por ano. Então, queremos a transparência, queremos que cada centavo que deixar de arrecadar o Estado, seja dado transparência à nossa população, para sabermos quem são os beneficiados e qual contrapartida social esse empresário está dando ao nosso Estado, ao nosso povo. Então, pedimos aqui o apoio de todos os Deputados, aliás, não é só o apoio, a autoria! Não faço questão de ser autor sozinho do Projeto. É um Projeto importante para o Paraná. Peço, então, a coautoria de todos dos demais Deputados desta Casa. Está no sistema e vamos aguardar até amanhã cedo para protocolar. Gostaria que todos os Deputados fossem autores deste Projeto. O nosso povo merece e tem direito de verificar quem são os beneficiados com a renúncia fiscal no Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Plauto Miró.

**DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO):** Senhor Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados, hoje na Ordem do Dia temos um Projeto de Lei de nossa autoria que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Otto Santos da Cunha. O Otto nasceu em Ponta Grossa, em 19 de janeiro de 1937 e se casou com a Sr.<sup>a</sup> Cenir Frare da Cunha. Otto foi empresário e industrial do setor papeleiro e ingressou em 1960 na Faculdade de Direito de Curitiba, na qual se formou em 1968. Em 1982, Otto foi eleito Prefeito de Ponta Grossa, tomou posse em fevereiro de 1983 e permaneceu no cargo até 1988. Otto fez a construção do Parque de Exposições que levou seu nome, denominação dada pela Câmara Municipal de Ponta Grossa, e também como Prefeito criou Secretarias Municipais da Indústria, Comércio e Turismo, Agricultura e Pecuária, desmembradas da antiga Secretaria da Prefeitura de Ponta Grossa, Secretaria da Economia, o que também foi um destaque da sua gestão. Ele incentivou intensamente a comercialização da pecuária, fazendo de Ponta Grossa um ponto de referência para o setor, sempre o Otto defendendo as organizações da comunidade. Otto patrocinou a criação das Associações de Moradores do município, também promoveu ações que recuperaram o parque de máquinas e outros tantos investimentos na área da pavimentação asfáltica. No pleito de 1990, depois que deixou a Prefeitura, Otto foi eleito Deputado Federal, do qual tive o privilégio naquela eleição de disputar um mandato de Deputado Estadual, o que deu certo, Otto foi eleito o Deputado Federal mais votado de Ponta Grossa e entre os mais votados do Estado do Paraná e conquistamos a nossa primeira eleição naquele ano. Mas, quero aqui salientar o Otto pessoa do bem, o Otto uma pessoa que sempre trabalhou em favor da comunidade e das pessoas. O Otto foi Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia e também sempre trabalhou com o mesmo objetivo de dar atenção à vida, dar assistência à população de Ponta Grossa de maneira, Sr. Presidente e Sr.<sup>s</sup> Deputados, sempre muito transparente. Otto sempre atuou de maneira solidária em prol da nossa cidade de Ponta Grossa, em prol do nosso povo. Dessa forma, nesta Casa de Leis, aqui manifesto o reconhecimento pelos relevantes serviços prestados por meio deste Título de Cidadão Benemérito, de reconhecer a pessoa do Otto Santos da Cunha como uma pessoa do bem e que aqui peço a todos os Sr.<sup>s</sup> Deputados o

voto para a aprovação deste Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná. Ora, para concluir, Sr.<sup>s</sup> Deputados e Sr. Presidente, quero dizer do trabalho não só do Otto a favor da saúde de Ponta Grossa, sempre ligado à Santa Casa de Misericórdia, como de sua esposa, a Cenir Frare da Cunha, que sempre esteve envolvida na área da ação social, dando condições às pessoas menos favorecidas de poderem alcançar o atendimento na área da saúde e sempre promovendo a área social do nosso município de Ponta Grossa. Senhor Presidente, era isso e peço. Peço a todos os Sr.<sup>s</sup> Deputados o voto favorável ao Título de Cidadão Benemérito dessa pessoa do bem, que se chama Otto Santos da Cunha. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Cobra? Cobra, Galo. Cobra, Galo. Galo, Cobra. Galo, Cobra. Use esta aqui, Vossa Excelência fica mais elegante. Aperta o vermelhinho aí!

**DEPUTADO GALO (PP):** Pessoal, vamos atentar em cima, por gentileza. Senhor Presidente, *pela ordem* aqui. Apenas para corrigir uma fala, um erro que cometi ontem muito grave, quando disse sobre a Prefeitura, que haveria 804 radares. Não. São 804 vias que terão radares. São 204 radares. Essa é a correção, nobre Presidente. Muito grato.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Obrigado, Deputado Galo. Com a palavra, Deputado Requião.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT):** Deputado Traiano, antes de tudo, parabéns pela bondade de ceder o terno para o Galo, hoje, que ficou muito bem no nosso Deputado. Meus caros colegas, e falo aqui em especial com o que o Michele Caputo chama carinhosamente de *bancada da bala*. Deputado Gilberto, você que já cobriu pela imprensa tantas ocorrências policiais, o assunto que me traz à tribuna hoje me assusta. É que mais uma vez a propaganda se sobrepõe à realidade, no que toca a segurança pública do Paraná. Andei vendo em *Instagram* de alguns Deputados da Base, andei recebendo denúncias de que a Rotam vai receber viaturas novas. A Rotam, Ronda Tática, uma ronda de apoio ao

patrulhamento vai receber caminhonetes de cabine dupla S-10, para carregar quatro policiais. Quem conhece o trabalho dos policiais sabe da dificuldade de entrar e sair de uma viatura e o tempo que eles passam dentro da viatura S-10 não é o carro mais adequado. Ela vem com um problema, não tem camburão. Como é que uma viatura de apoio da Rotam vai atender a uma ocorrência sem camburão? São carros excelentes, essas caminhonetes, para o patrulhamento rural, por exemplo, mas para fim da Rotam, do Bope, uma caminhonete sem camburão não faz sentido. Uma caminhonete difícil de entrar e sair em uma ação tática não faz sentido. Ficaram bonitas, plotadas, com aquelas luzes todas, mata-cachorro, mas para quê? Para ficar bonito na propaganda? Tipo, os nossos policiais que estão fazendo PB, o ponto-base quando se coloca um policial do lado de uma viatura, com o giroflex ligado, que vai contra toda e qualquer instrução policial. Um policial sozinho de totem, para passar a sensação de segurança, para a população da capital. Esse policial se tiver que atender a uma ocorrência vai atendê-la sozinho? Ou vai dizer: *Olha, não posso ir porque estou sozinho. Não deveria estar sozinho. E a operação que estou fazendo chama-se ponto-base. Ou seja, estou aqui de totem.* Aí, ele vai chamar a Rotam. Que a Rotam venha, Deputado Fruet, e atenda, mas vão fazer o que se o meliante for preso? Vamos chamar uma terceira viatura? Então, gostaria de pedir ao Secretário da Segurança e ao Governador que se preocupassem um pouco mais com a realidade da segurança pública e um pouco menos com a ânsia de se fazer propagandas. Estamos colocando em risco mais uma vez a vida dos nossos policiais e dificultando o seu trabalho. Fica aqui essa denúncia, que troquem a plotagem e as coloquem para o patrulhamento rural. Serão muito mais bem aplicadas essas caminhonetes, do que para fazer fila na rodovia e filmar com um *drone* e botar na televisão. Deveriam consultar quem entende de segurança pública e não o pessoal da propaganda, na hora de escolher viaturas. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Deputado Michele Caputo. Antes, anuncio a presença na Casa da Vereadora de Apucarana, Sr.<sup>a</sup> Jossuela Pinheiro, por solicitação do Deputado Bazana; e dos

Vereadores de Mandaguari, Sr.<sup>s</sup> Luiz Carlos Garcia e Danilo Camilo Sabino, por solicitação dos Deputados Tercílio Turini, Douglas Fabrício e Dr. Batista. Sejam todos bem-vindos.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Boa tarde, Presidente Traiano, demais membros da mesa, Deputadas, Deputados, visitantes que nos acompanham. Preciso relatar o que aconteceu aqui neste Plenário, ontem, depois das seis horas. Fizemos uma Sessão Solene, Presidente, com o seu apoio, com o apoio das equipes desta Casa. Quero parabenizar o pessoal da retaguarda, o pessoal da imprensa, as pessoas da *TV Alep*, todas as nossas redes. Fizemos o dia de valorização do profissional de saúde, Doutor Batista, o senhor que é um competente Presidente da nossa Comissão. Marcamos essa data por conta do falecimento da técnica de enfermagem, a Valdirene, que foi sabidamente a primeira vítima da linha de frente dos profissionais, dos trabalhadores da saúde, nesse enfrentamento. Contamos aqui com um discurso emocionante da mãe dela, Dona Jocimara, da Débora, sua irmã que está criando os filhos da Valdirene. Foi muito emocionante. Tivemos a oportunidade também, além dessa homenagem póstuma, de reunir aqui e premiar com a menção honrosa desta Casa, porque não foi minha, a minha só foi a propositura, a Fehospar, Federação dos Hospitais, a Femipa, Federação das Misericórdias, uma série de Secretarias Municipais, a representação da Secretaria Estadual da Saúde. Os 14 Conselhos de Classe, Doutor Batista, que representam os profissionais de saúde, todos eles. O Presidente do Conselho de Medicina, o Presidente do Conselho de Enfermagem, o Vice-Presidente do Conselho de Farmácia, a Presidente do Conselho de Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Assistência Social, Educação Física. Os representantes do Controle Social que são tão importantes na saúde. O Conselho Estadual de Saúde aqui representado. O pessoal do Batalhão de Operações Aéreas da PM, Coronel Lee, que presta um grande serviço nessa área, para a saúde, inclusive. O Aeromédico, o pessoal do Samu Rodoviário e Aéreo. Profissionais que fizeram esse enfrentamento e são os verdadeiros heróis do enfrentamento da pandemia aqui neste Estado e no Brasil. Tem muita gente neste ano eleitoral querendo se apropriar dessa questão, mas os verdadeiros heróis são

aqueles que anonimamente trabalharam, correram riscos, centenas faleceram, principalmente técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos, farmacêuticos, fisioterapeutas. Esses são os verdadeiros heróis. Então, queria aqui fazer esse registro, porque o evento ontem foi muito, muito emocionante. Quero também, Presidente Traiano, protocolei um requerimento ao Elisandro Pires Frigo, que é o Secretário de Estado da Administração e Previdência, que foi um competente Diretor do nosso Líder do Governo. Estou fazendo algumas perguntas para ele, por isso, gostaria de ler rapidamente. Ela diz respeito, recentemente, no Senado Federal, em março, foi promulgada uma Lei Federal. Ela retira aquele impedimento do anuênio, do quinquênio, por conta do período da pandemia. Por conta disso, queremos saber como é que isso vai repercutir no Paraná. Recebi dezenas de *WhatsApp* ontem e hoje. Então, estou fazendo quatro perguntas. Qual o planejamento do Governo Estadual para a liberação das concessões de anuênios e quinquênios represados durante a vigência da Lei Federal Complementar n.º 173, de 27 de maio de 2020? Há um cronograma de liberações e implantações? Quais critérios serão adotados para dar prioridade a cada caso? Quantos servidores da área da saúde aguardam pela implantação desses benefícios já adquiridos? Qual o impacto financeiro dessa medida de adequação à Lei Complementar n.º 191? Essa Lei Complementar de 8 de março de 2022, essa Lei Federal substitui a Lei Federal Complementar n.º 173/2020. Então, isso é importante porque ela destaca os servidores da saúde e da segurança. Atenção, os Deputados que cuidam aqui dessa área também. Então, é uma forma, já tem essa jurisprudência, já tem essa Lei Federal que está sendo adotada no âmbito federal, e precisamos que isso também seja implantado no Paraná. Tudo bem, a lei é de 8 de março, é recente ainda, faz pouco mais de um mês, mas já criou, na medida que ela foi promulgada, está sendo... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado, por favor, para concluir.

**DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB):** Ela criou essa expectativa, Presidente. Então, tenho certeza, Marcel, de que é um pedido de informações, se quiser fazer

como envio de expediente para mim também tranquilo, que nos interessa, e sei que deve haver cumprimento por conta disso. Vou até deixar uma cópia em suas mãos, mas precisava fazer essa observação hoje e fazer o registro de ontem, ontem foi muito emocionante. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Ricardo Arruda.

**GRANDE EXPEDIENTE:** Usou da palavra o Sr. Deputado Ricardo Arruda.

**DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL):** Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, para iniciar minha fala aqui só quero relatar um fato que recebi hoje denúncias de algumas mães, gestantes, que foram convocadas a voltar ao trabalho presencial, e acredito que por um erro da Secretaria da Educação, há uma exigência da comprovação da vacina, o que não tem cabimento, porque existe uma lei estadual que já proíbe essa obrigatoriedade da vacina da Covid. Já comuniquei ao Governo, e creio que isso aí vai ser derrubado. Apenas para tranquilizar as mães e estender a todo o Estado do Paraná, aos Prefeitos que se julgam ditadores e não respeitam a lei, como é o caso do Prefeito do PT, de Paraíso do Norte, que continua forçando, ameaçando e obrigando a vacinação. Estou com uma denúncia no MP contra ele, porque ele tem que aprender, ou por bem ou por mal, a respeitar a lei. Sei que o PT não gosta muito de respeitar a lei, só vale para eles, para os outros não vale nada, é assim que eles trabalham. E respondendo à pergunta do Deputado Tadeu Veneri, do PT, de ontem, onde ele diz aqui que nunca tive coragem de enfrentar a ditadura, sempre foi cômodo, arrumadinho, encostadinho, calminho, aí faz papel de herói na tribuna. Primeiro, Deputado Tadeu, não lhe devo a mínima satisfação, respeito-o como cidadão. Como político, somos opostos nas nossas bandeiras, o que defendo, que são os valores conservadores, Deus, pátria, família, os senhores do PT, não sei se o senhor no caso, mas o seu líder, o Lula, defende o aborto, defende a censura, defende a ideologia de gênero, a liberação da maconha. Então, somos bem

diferentes nos pensamentos. Nunca enfrentei a ditadura porque nunca houve ditadura a ser enfrentada no Brasil, houve aqui um regime militar, para quem é sério e consciente sabe muito bem que não houve ditadura em nosso País. Admira-me o G-1, da *Globo*, dizer que houve ditadura, sendo que o fundador da *Rede Globo*, Sr. Roberto Marinho, ele apoiou os militares a assumir o poder, a pedido do povo. Foram milhões de brasileiros às ruas, tem aí as imagens no jornal, é só pesquisar, o povo foi à rua, com apoio da grande mídia, com o apoio de boa parte dos políticos, e o militar assumiu o poder sem dar um tiro, sem dar um tiro. Diferentemente das “democracias” que o PT defende, que é Cuba, Deputado Traiano, Venezuela, lá eles dizem que é um Governo livre, eles não lembram como foi ganho aquilo lá. Fidel se uniu a Che Guevara, que era o grande genocida, o Che Guevara, torturador, assassino, assassinava até os homossexuais, e o Deputado Tadeu Veneri tem uma foto dele como herói. Esses são os seus heróis, Che Guevara, Marighella. Os meus heróis não fumavam maconha e não foram presos, é muito diferente. Então, se o Che Guevara é herói, herói é o General Ustra, que defendeu, sim, aqui, a democracia em nosso País, que foi contra os comunistas guerrilheiros que queriam tomar o poder *na bala, na bala*, para implantar aqui a ditadura do proletariado. Essa é a verdadeira história. E quando falei de tortura aqui, se exagerei na minha fala, posso ter errado, e se ofendi alguém peço desculpa, porém, a tortura houve dos dois lados, foi um momento tenebroso o ano de 64, que não é nem bom ser lembrado, não foi bom para ninguém, para nenhum lado. Da mesma forma que os guerrilheiros, os terroristas foram torturados e executados, os militares que defendiam o Brasil e o Governo militar foram torturados e executados. É o caso aí daquele soldado, deixa lembrar o nome dele aqui, soldado, Deputado Tadeu, Mario Cozel Filho, 19 anos de idade, tinha um sonho de entrar para o Exército, era um trabalhador normal, conseguiu entrar, estava de plantão no quartel, quando um terrorista, esses que queriam tomar conta, *na bala*, do poder, joga um carro-bomba com 20 quilos de dinamite, não preocupado quem iria morrer. A crueldade foi tanta, esse jovem ficou esfaqueado e mais seis ou sete ficaram gravemente feridos. Esse era o regime do bem que vocês fizeram a comissão da mentira, e hoje esses canalhas



recebem salário ainda. É o único País do mundo que o terrorista, que matou, roubou, torturou, recebe salário, e as vítimas que defendiam o Brasil, essas foram esquecidas. Mas nós não esquecemos. Tem outro caso, o Tenente, o caso do Tenente Mendes, ele foi sequestrado, e teve, seu Tadeu Veneri, da mesma forma ele foi torturado, ele teve a cabeça esmagada por coronhadas. O senhor pensa algo nisso? Será que a dor dele é diferente de outro terrorista que foi torturado, ou é igual? Ou só um lado vocês criticam? Não, tudo tem dois lados. Esse foi, e como ele outros foram também torturados cruelmente, só que esses que foram, estavam defendendo o Brasil com a farda do nosso País, verde e amarela, enquanto esses outros não, estavam aí aliados a terroristas para matar o cidadão de bem. E pergunto a todos os Parlamentares aqui, a todos, algum dos senhores foi vítima de alguma repressão militar? Ou os pais dos senhores? Duvido que foi. O Deputado Traiano devia ter vivido à época também, duvido que o senhor foi pego e espancado alguma vez. Óbvio que não, porque andava diante da lei corretamente. Os meus pais viveram essa época, posso dizer que foram as melhores que tivemos aqui, não tinha bandidagem, a inflação era baixa e o País estava em desenvolvimento. Essa é a verdade do regime militar. *Ah, houve erros? Houve exageros?* Houve, e onde que não houve? E no Governo PT não houve? Ficaram 13 anos saqueando o nosso Brasil. Não tem tortura pior do que alguém saquear o nosso País e deixar o povo na miséria como foi deixado aqui, como pegar uma empresa, a empresa mais forte, a Petrobrás, e levar à ruína, como o PT levou, e o BNDES, a Caixa Econômica, como pegar dinheiro nosso aqui do BNDES, que é para gerar emprego e renda ao brasileiro, e jogar fora do País, em Cuba, Venezuela, Angola, países que nunca pagarão essa conta, e nós brasileiros ficamos aqui sem ter obras concluídas. Estamos tendo as obras concluídas no Governo Bolsonaro, que em três anos já entregou muito mais obras do que 13 anos de Governo PT. E vale lembrar também, Deputado Tadeu, os senhores que defendem que são paz e amor, vamos lembrar o caso Celso Daniel, Ex-Prefeito de Santo André. Por que ninguém fala nisso? Por que os senhores não falam disso, que ele foi torturado e assassinado, e todos envolvidos foram assassinados? Sabem por que, Deputado Plauto? Porque ele se atreveu a começar a contar as

falcatruas que havia lá na Prefeitura de Santo André envolvendo o Lula no transporte público. Morreu, foi torturado e assassinado. E aí a esquerda se cala. Eles preferem falar da Marielle, preferem falar dela, dessa que era envolvida sei lá com quem. Mas um homem que era trabalhador, sério, prefeito, deixou a família no sofrimento, e o PT se cala. E o Lula, conforme delação que teve, pagou alguns para se calar também para se eximir da culpa. A trajetória da esquerda é maligna, é assassina, é cruel. O comunismo matou mais de cem milhões de pessoas no mundo. E essa turma ainda bate no peito, defendendo o comunismo. Aí vem o seu Lula agora dizer que se ele entrar vai censurar a imprensa. Que ele quer fazer um governo igual da China. Um governo autoritário, que o povo obedeça. Isso se chama ditadura. Na China, até hoje, as pessoas desaparecem, são torturadas e mortas e o PT apoia isso. Em Cuba, a mesma coisa. E o PT apoia isso. Na Venezuela, a mesma coisa, fala mal do governo é morte ou é preso e ninguém acha mais e o PT bate palma. E o seu Lula *beijava* os *pés* do Fidel Castro, que foi outro grande genocida, bandido que matava as pessoas. A verdade tem que ser recolocada em nosso País, doa a quem doer. E a imprensa de esquerda que joga contra, não estou nem aí para vocês. Temos a verdade na história. A verdade é essa que estou falando aqui. Façam uma pesquisa nas ruas, quem viveu na época do regime militar, e vejam se alguém sofreu. Só sofreram os que eram terroristas, que procuraram o caminho errado. A palavra de Deus, na Bíblia, é muito séria e muito objetiva. Quem escolhe o caminho do bem é vida, quem escolhe o caminho do mal é morte. Os terroristas escolheram o caminho do mal e mataram muitos inocentes. Sempre estive do lado da direita, de quem defende a pátria, quem defende os valores da família. Não de quem defende o aborto, como o seu Lula, genocida de criança que não nasceu. Alguém que quer limitar a compra das famílias classe médias que estão gastando muito. Quem é esse sujeito que saqueou o Brasil, que é bilionário e agora quer limitar alguém que compra mais que uma televisão? Isso é o cúmulo do absurdo, gente. É algo indefensável. Tenho que tirar o chapéu para os Parlamentares do PT que ainda têm a *cara de pau* de defender algo desse tipo. É algo indefensável. Então, quis deixar claro aqui a respeito da tortura. Não sou a favor de tortura nenhuma. Acho que a tortura é

ruim para ambos os lados. No calor da fala, colocando-me no lugar das famílias que tiveram seus entes queridos assassinados ou torturados do lado dos militares, acabei até exagerando e falando nisso. Então, aqui cabe um conserto nisso aí. A tortura não é boa. Os anos 64 são anos sombrios no nosso País que não valem a pena ser lembrados. Só lembrei, porque quando alguém vai àquela tribuna, no caso foi o Deputado Goura, falar da época da ditadura, não aceito ouvir essa palavra, porque não houve ditadura. Não existe ditadura sem violência. A ditadura é colocada por violência. Aqui não. Aqui pediram e o Exército acatou. Foi isso que foi feito aqui. Então, não tem que reclamar. Os errados eram os terroristas que se armaram para matar militar inocente que defendia o nosso Brasil. Então, a minha defesa é para esse lado. O outro lado não terá nunca a minha defesa. E acho muito errado alguns que se livraram, que fizeram parte desse ato contra a democracia, contra o Brasil ainda receberem salários altíssimos pagos pelo povo brasileiro. Alguém que jogou contra o povo recebe muito mais do que o trabalhador brasileiro. Isso tem que mudar um dia. Espero que Brasília reveja essa situação e coloque a ordem na casa. Tenho um Projeto de Lei, que espero aprovar nesta Casa, Projeto importante que torne obrigatório aos professores de História contarem o mal que o comunismo fez ao mundo. Os alunos têm que saber para nunca se envolverem com esse tipo de gente. Pega aí Coreia do Norte. Vejam lá como o povo vive. Pega na China. Enfim, onde tem ditador comunista, não tem vida. É massacre, dor e sofrimento para o povo e fome também. Então, acho que deixei clara a minha posição aqui hoje e continuo aqui defendendo o meu País verde e amarelo; defendendo o nosso Presidente Bolsonaro, que é um homem patriota, honesto, cristão e que vem fazendo um excelente governo em nosso Brasil. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** Usaram da palavra os Sr.<sup>s</sup> Deputados: Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Senhor Presidente, Sr.<sup>s</sup> Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas. Não vamos continuar nesse debate até porque acho que foi feito ontem de forma bastante apropriada e contundente. E continuo afirmando o que sempre falei, Sr. Presidente, a tortura é o que tem de mais abjeto no ser humano. Talvez mais abjeto que a tortura sejam os torturadores e os que defendem a tortura. Venho aqui, Sr. Presidente e Deputado Marcel, fazer uma solicitação. Primeiro, quero fazer um comunicado a Casa com, eu diria que, com bastante satisfação, porque a Comissão de Direitos Humanos fez, nessa última semana, duas intervenções extremamente positivas. Falei ontem com o Deputado Evandro, que faz parte, aliás, da Comissão de Direitos Humanos e que nos delegou a tarefa para que fôssemos até Santa Maria do Oeste. Na sexta-feira fomos até Santa Maria do Oeste fazermos, com a Dr.<sup>a</sup> Thaís, uma Audiência Pública por conta de posseiros que estão naquela região, até trouxe o nome aqui, Audiência que fizemos discute, no município de Santa Maria do Oeste, Deputada Luciana que conhece bastante a região, mais de 120 alqueires estão ocupados por oito famílias, aproximadamente, 40 anos e que agora houve um pedido de reintegração e esse pedido de reintegração foi aceito pelo Juiz da Vara da Comarca de Pitanga no dia 21 de fevereiro e foi dado o prazo até o dia 21 de abril para que as famílias ou fizessem acordo ou saíssem de lá. Ainda que estivéssemos nesse período em que não há como serem feitas as reintegrações de posse. Esse prazo venceu no dia 21 de abril. Infelizmente no dia 22 estávamos lá, a Defensoria Pública faz parte do processo, foi suspensa a reintegração. Foi suspensa a tomada, porque são, Deputado Marcel, 40 famílias que estão há 40, 50, 60 anos em alguns casos. É óbvio que queremos resolver o conflito, mas resolver de forma que possa fazer com que essas famílias, alguns com 4 mil, 5 mil metros de terra. O Deputado Guto que é da região de Pato Branco sabe como é essa região. É uma região dobrada. Não tem como você ter 5 mil metros de terra e fazer alguma coisa que seja de lavoura. O que se tem lá é um pouco de gado, mas é basicamente subsistência. E felizmente essas famílias vão permanecer lá. E esperamos agora, até porque esteve envolvido também o Governo do Estado, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça. Assim como fizemos também com Bubas, o Deputado que está aqui, que

é de Foz do Iguaçu Soldado Fruet sabe, que o Bupas é a maior área de ocupação que temos no Paraná e uma das maiores do Brasil. São cerca de 5 mil famílias. Fizemos uma Audiência Pública pela Comissão de Direito Humanos com Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Governo do Estado e saiu agora nesta semana a primeira proposta do Tribunal de Justiça para que fosse resolvido o conflito em definitivo. Isso vai resolver o problema de contrabando; vai resolver o problema, inclusive, da criminalidade, porque é uma área muito grande, nem sequer a polícia consegue entrar; vai resolver uma série de problemas até para a Prefeitura de Foz do Iguaçu, que poderá cobrar tributos. Poderá a Copel cobrar água, cobrar a luz. Enfim, se houver naquele programa que o Governo do Estado tem e que também tem a Prefeitura de Foz do Iguaçu e agora o Tribunal de Justiça que é o *Morar Legal*, haverá a solução desse conflito que se arrasta também há cerca de 30 anos. E hoje, mais uma vez, a Dr.<sup>a</sup> Thaís acabou de me ligar, falei também aqui com os Deputados da Comissão de Direitos Humanos, tínhamos uma situação muito semelhante a essa em União da Vitória, também com famílias que estão há 30, 40, 50 anos. Quem conhece União da Vitória, o Deputado Hussein não está aqui que é meu conterrâneo, mas União da Vitória tem aquilo que chamo de linha velha, que era linha de ferro, a linha da estrada de ferro que antes fazia o caminho até Nova Galícia, próximo a General Carneiro, Deputada Luciana, foi desativada e várias famílias ocuparam essa área há 40, 50 anos também. Essa área que é a ALL foi cedida, por meio do Governo Federal, para o Governo do Estado para a construção do fórum. Cerca de 30 famílias teriam que sair de lá, nesta semana. Graças à Comissão de Direitos Humanos e graças, principalmente, à intervenção da advogada da Comissão de Direitos Humanos e também do Juiz da Comarca de União da Vitória que foi extremamente dirigente, ao Prefeito Abas, de União da Vitória, conseguimos suspender esse processo. E, muito interessante, Professor Tercílio, o próprio Juiz, o próprio Juiz de União da Vitória, que é uma pessoa extremamente sensível, entendeu que é um número tão pequeno de famílias que não irá atrapalhar a construção do fórum. Então, caminhamos para termos o entendimento, acho que esse é o caminho. Não o caminho do conflito, mas o caminho do entendimento.

Todas às vezes que nós, da Comissão, até janeiro, pudemos fazer com que haja um entendimento e esse entendimento resulte em ganhos para todos, nós o faremos porque fomos delegados para isso. Deputado Marcel, gostaria só de um minuto da sua atenção porque temos, Deputado Marcel, e não é durante o seu período, são períodos anteriores, mas temos aqui uma série de pedido de informações, Presidente Traiano, que foram feitas por meio de envio de expediente e até hoje não foram respondidos: 39 do Deputado Arilson, 4 da Deputada Luciana, 22 do Deputado Goura, 9 do Deputado Lemos e 39 do Deputado Tadeu Veneri, que é este que vos fala. Tenho todas as datas. Deputado Marcel, temos aqui alguns de 2021 que não foram respondidos e isso faz com que se desacredite o processo de entendimento que, para não constranger o Governo se faz por meio de envio de expediente, para que não votem contrário, mas também não se responde! A Copel não respondeu um e a Copel não é responsabilidade do Governo do Estado; mas a Seab não respondeu; a Secretaria de Esportes não respondeu; o Sejuf não respondeu; a SET não respondeu; a SEE que não sei exatamente o que é, Comissão, o que é, na respondeu; a Sanepar dois, e sei que o senhor vai dizer que não é da sua responsabilidade, já estou eximindo antes; a Sedu não respondeu 3; o DER não respondi 4; a Casa Civil, Deputado Guto, e o senhor talvez ainda estivesse lá, não respondeu 5, sobrou para o senhor também; o Sedest não respondeu 5, Deputado que está aqui também, novamente, Deputado Marcio, temos 5 pedidos de envio que não foram respondidos; a Sesa não respondeu 8; a Sesp não respondeu 9; Seil não respondeu 12; e a Seed não respondeu 19 pedidos. Estamos reenviando, Deputado Marcel, e pedindo que sejam – independentemente da resposta – mas se nós e a sua assessora, que também é extremamente eficiente, Dr.<sup>a</sup> Izabel que está aí, sabe que se tivéssemos enviado por pedido de informações talvez não tivesse aprovado nenhum. É possível! Em períodos anteriores praticamente não aprovamos, não aprovamos nenhum, mas não tínhamos a expectativa de resposta. Houve o entendimento com o Deputado Hussein e, obviamente, que não vou falar desse entendimento porque o Deputado Hussein não está aqui para dar a sua versão, mas houve o entendimento com o Deputado Hussein que em vez de

pedido de informações, faríamos via expediente porque aceleraria o processo. Isso não aconteceu. Vou lhe passar isso aqui e o senhor vai ficar surpreso com as datas: 2019 temos cerca de 30 pedidos de 2019, temos pedidos de 2020, 2019, 2021, 2022; 2022, na verdade, são os que menos temos, porque 2021 tem uma grande quantidade. Então, 2022 temos cerca de seis pedidos: do Deputado Goura, tem de 2021, praticamente todos de 2021; da Deputada Luciana, de 2021, 2022; temos do Deputado Arilson, do Deputado Lemos e dos que eu fiz, de 2019, sem serem respondidos. Fica aqui uma solicitação ao Líder do Governo, vou lhe passar esse pedido, Deputado, estamos protocolando me diz o nosso Líder da Oposição, estamos protocolando na Casa um pedido, mas prefiro tentar fazer, Deputado Marcel, talvez alguns até já nem precisem de mais resposta porque eram durante a pandemia e talvez já estejam superados. Naquele momento havia a necessidade e estão superados, mas prefiro buscar o entendimento e uma resposta que possa ser dada àquelas pessoas e entidades que nos procuraram para que fizéssemos esse pedido de informações, até porque eles não nascem do nada. E aqui fica também, Sr. Presidente e Deputado Romanelli, que é o 1.º Secretário uma solicitação, desculpe interromper o senhor, mas há que se ter um mecanismo de controle que a Casa possa ter, de imediato, venceu o prazo, que são 30 dias, que possamos ou refazer e o Presidente tem sido diligente nisso e o senhor também, Deputado Romanelli, ou refazer o pedido ou instar o órgão para que nos responda, porque senão vamos ter que fazer, Deputado Marcel, todos via pedido de informação e aí cria aquele clima, Deputado Romanelli foi Líder do Governo, assim como foi o Deputado Lupion também aqui, e sabe que fazíamos só via pedido de informações. E aí era um debate muitas vezes estéril, difícil, que não resolvia... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE(Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Tadeu, pois não, para concluir.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** ... muitas vezes não resultava em objetivos até porque muitos deles são, Deputado Romanelli muitas vezes falou isso, são políticos, são sim; são para desgastar o Governo, são sim, a Oposição tem esse

papel, mas são todos eles objetos de votação e se aprovados, necessário serem respondidos. Se é por informação via outro mecanismo, então que se faça a resposta, porque senão, e já pedi isso ao Líder da Oposição, voltaremos a fazê-los todos a partir da semana que vem via pedido de informações. É verdade que não teremos aprovação na maioria, Deputado Nelson Justus, é verdade, mas é verdade também que poderemos dizer para as pessoas: *Olha, fizemos, estão aqui: cerca de 39, 80, 84, 86 pedidos. Não foram respondidos pelo Governo do Estado, não foram.* Isso nos tira a responsabilidade de termos que dizer para as pessoas que ainda estamos esperando. Fica aqui o pedido para que sejam respondidos senão teremos que reenviá-los. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Tadeu, V.Ex.<sup>a</sup> encaminhe à Mesa esses requerimentos que não foram respondidos, até porque entendo que não é da responsabilidade neste momento do Deputado Marcel, como Líder, é da outra Liderança. Acredito que nesse entendimento que foi feito, até para o bom trâmite, rapidez e agilidade das solicitações, que sejam feitas elas tanto pela Oposição quanto por outros Deputados, é oportuno que seja pelo envio de expediente e seja respondido, porque, caso contrário, terá pedido de informação e terá que ser submetido ao voto. Então, peço a V.Ex.<sup>a</sup> que encaminhe à Mesa. Registro a presença na Casa do Seminarista Irmão Lucas, da Congregação da Ressurreição de Curitiba, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco. Seja bem-vindo à Casa. Próximo orador inscrito, Deputado Ricardo Arruda. Declina? Declina. Deputado Arilson, pela Liderança da Oposição.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Presidente Traiano, boa tarde a V.Ex.<sup>a</sup>. Cumprimentando o senhor, cumprimento todos os Deputados e Deputadas. Faz meses que venho trazendo aqui o tema das empresas públicas do Estado do Paraná. Na verdade, ou melhor, a perda da função social das empresas públicas do Estado do Paraná. No próximo dia 17 de maio, Deputado Maurício Requião, teremos aumento no valor da água, da tarifa de água no Estado do Paraná: 4.96%. A Agepar que é a Agência de Regulação do Estado do Paraná aprovou esse aumento. Apesar do sofrimento do povo na pandemia, da economia em



baixa e de não termos modelos econômicos de recomposição da economia do Paraná por parte de políticas públicas do Governo do Estado, o aumento vai acontecer. Apesar de no ano passado a Sanepar ter tido um lucro 18.21% maior do que o ano 2020, R\$ 1,18 bilhões, o aumento vai acontecer. Não existe uma sintonia entre as necessidades do povo paranaense, entre o que pensa o povo paranaense e as ações de direção da Sanepar e da Copel. A gestão da Copel e da Sanepar parece ser virtual, lembra-me muito um filme que passou em 1999, chamado *Matrix*, em que as pessoas viviam em uma realidade virtual. As pessoas do filme que eram geridas pela *matrix* não sabiam como viviam em uma realidade virtual e se comportavam como felizes e atendiam a um chamado. É assim a gestão da Copel e da Sanepar no Estado do Paraná: uma *matrix* que não se importa com a vida do povo. O Governo serve primeiro a acionistas norte-americanos e depois a seu povo; o Governo serve em segundo aos acionistas norte-americanos e depois ao seu povo; o Governo serve em terceiro ao acionista americano e depois ao seu povo; o Governador tem que saber a quem ele quer servir. Igual a Copel são os americanos que mandam na Sanepar. E, olha que tristeza, veja quem está participando das reuniões do Conselho de Administração da Sanepar e tendo lucro sobre as decisões administrativas da Sanepar: BlackRock; Banco HSBC; J.P. Morgan; Banco de Nova Iorque; Sistema de Aposentadoria de Empregadores Públicos de Ohio; Universidade de Washington; Plano de Aposentadoria dos Funcionários de Água e Energia dos Estados Unidos; Sistema de Aposentadoria dos Professores da Califórnia; Conselho de Administração do Estado da Flórida, nos Estados Unidos. São essas pessoas que estão gerindo a Sanepar, que estão ganhando do lucro do povo. Você que está me ouvindo em casa, que paga R\$ 100,00 de água, a partir de 17 de maio, você vai pagar R\$ 105,00, e o *cincão* a mais vai para esse povo aqui, para esse pessoal aqui, que vai se divertir às suas custas. O professor aqui do Paraná não tem vez, mas os professores da Califórnia vão ganhar um pouquinho desses R\$ 5,00 de aumento. Os policiais aqui do Paraná não têm vez, mas o fundo de pensão dos policiais de Los Angeles tem vez, vão garantir a sua aposentadoria com dinheiro do lucro da Sanepar. A Universidade de Maringá, a UEM, a UEL de

Londrina não têm vez, mas a Universidade de Washington vai ganhar dinheiro com as decisões administrativas. Parece brincadeira, mas estão transformando a Sanepar e a Copel em um balcão de negócios. Enquanto o Governo do Estado a vê como *patinho feio*, o mercado financeiro vê como oportunidade. É essa a nova política? É essa empresa do *compliance*? Para quem interessa a Sanepar: para o banco de Nova Iorque ou para o povo paranaense? É incrível o que estão fazendo. O Conselho de Administração de um Estado Norte-Americano está influenciando na decisão da Sanepar. Estamos indignados com tudo que vem acontecendo. Cada dia é uma enxadada, é uma minhoca diferente neste Governo. É incrível quem está se prevalecendo de lucro e de decisões administrativas tomadas aqui. Não dá para admitir! Querem uma estatal, mas é uma estatal americana. Tem síndrome de *vira-lata*, querem entregar para o mercado financeiro ou para um Governo fora do Brasil e do povo paranaense. A Copel e a Sanepar têm que garantir a dignidade. Água e luz não são mercadorias, são bens essenciais para a sobrevivência humana, para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social, também são produtos estratégicos para nossa economia. Por isso que quando o PT administrou o Brasil criou o programa *Luz para Todos*. Para além de levar energia a 17 milhões de brasileiros, transformou em oportunidade de negócio para a economia nacional ser robusta. Por isso que nos tornamos a sexta economia do mundo e não da 13.<sup>a</sup> economia como está hoje. Entendíamos o papel da energia elétrica. É uma coisa que inclui os que estão excluídos e é uma coisa que alavanca o desenvolvimento econômico e social. Também fizemos a transposição do Rio São Francisco, levamos água para 12 milhões de pessoas. Água é garantia de vida, é bem universal, não é mercadoria. Quem transforma água em mercadoria entrega qualquer coisa para o seu inimigo. Precisamos ter esse entendimento com a coisa pública do Paraná. Existe, na verdade, um modelo econômico que gere a cabeça das principais lideranças políticas do Palácio do Iguaçu e esse modelo exclui o povo paranaense. Esse modelo não ouve o clamor. Esse Governo não tem sensibilidade social. Sabe por quê? Vive da realidade virtual. Está em uma *matrix*, igualzinha ao filme. Vive uma realidade distante da sofrência do povo paranaense.

Hoje, com esses 5% quase de aumento, só nos últimos três anos, na gestão do Governador Junior, são 24% de aumento na tarifa de água no Estado do Paraná. Quem se beneficiou com esse lucro? Por isso que precisamos de exemplos que deem certo. Quando o Requião governou o Paraná, por oito anos, não teve um centavo de aumento na conta de água. Sabem por quê? O raio do Banco de Washington não mandava no Paraná. O Governo tinha pulso firme. Quem mandava na Sanepar era o povo paranaense. Quando administramos a Sanepar, entendíamos que o povo era em primeiro lugar. Nunca nos submetemos ao clube do vinho, ao clube dos amigos da Bolsa de Valores e à pressão. Por isso que estamos em um projeto político diferente. Naquele tempo, o Paraná de verdade era prioridade e nunca foi a propaganda do Paraná a prioridade. Naquele tempo do *Panela Cheia*, o prato não era vazio. Naquele tempo do *Trator Solidário*, não tínhamos trator solitário, que ajudava, Luciana Rafagnin, os pequenos agricultores com irrigação noturna e outros investimentos. Por isso que temos que retomar o Paraná que hoje está nas garras do mercado financeiro, da elite, de volta ao povo do Paraná. E a solução é um programa de Governo que respeite os diversos Paraná que temos, as diferenças regionais, econômicas, sociais, culturais. Precisamos ouvir não o sócio privado da empresa, mas, sim, aquele que paga a conta, aquele que põe o Paraná de pé, aquele que levanta 6 horas da manhã e trabalha até a noite, com suor, e faz do Paraná um Paraná digno. Escolhas de Governo nos diferenciam. Estamos falando porque não pensamos, não concordamos, não vamos permitir esse tipo de ação continuar no Estado do Paraná. Chega de termos sócios privados, ocultos, que nem sabemos onde moram, quem são, mandando no povo paranaense. Queremos retomar a rédea do Estado que está solta. Queremos retomar a dignidade do povo paranaense. O povo paranaense sofreu demais... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para concluir, Deputado.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** ... nos últimos anos. Um novo modelo de política, uma nova política, uma *compliance* ou um *compliance*. Um Governo 5.0 na minha avaliação é 0.5, mas tudo bem. É isso que precisamos tirar. Não

podemos ter um Estado que pensa para fora das nossas fronteiras e esquece quem está dentro delas. Precisamos de um Estado que conduza a dignidade, a esperança, a retomada da economia, da solidariedade, da fraternidade e da segurança. O exemplo de Guarapuava está deixando claro para nós que o Paraná, além de sofrer com incompetência na economia e na justiça social, é um Paraná muito inseguro, que virou palco da maior afronta à instituição da Polícia Militar, nos 170 anos, por desconhecimento do Governo do Paraná. Chega! (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Próximo orador, Líder do Governo, Deputado Marcel.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Senhor Presidente, Sra.<sup>s</sup> e Sr.<sup>s</sup> Deputados. Ouço atentamente a Oposição. Com todo o respeito, Líder da nossa Oposição, Arilson, por quem tenho carinho, mandar no povo paranaense faz tempo que acabou. Essa retórica era do *“me chama que eu vou”*, é do Governo que V.Ex.<sup>a</sup> acho que conhece muito pouco como conduzia o Estado do Paraná. Vossa Excelência é um jovem que acredito que precisa ouvir muitos Deputados desta Casa que conviveram com esse Governo que tinha esse tipo de pensamento ditatorial, dedo em riste, que tratava mal os policiais, que conduzia com os Prefeitos do Paraná de forma ríspida. Essa fase, meu Líder, meu amigo, já foi, já passou! Novamente vou dizer a V.Ex.<sup>a</sup>, vocês vivem em uma bolha ideológica ultrapassada, já faz duas eleições que o povo quer olhar para frente, não quer voltar para trás! O Paraná está em boas mãos, sim, a população paranaense tem o respeito do nosso Governador, que tem solidariedade, sim, que vem fazendo este Estado crescer, vem avançando, vem construindo pontes para melhorar a vida do seu povo, um Governador que tem respeito por toda a população e, acima de tudo, tem respeito pelos nossos servidores também, vem fazendo um esforço enorme para arrumar muita coisa que o passado fez, um passado analógico, uma Copel que está avançando, que está construindo, sim, aquilo que governos passados não fizeram, um Estado que avança, que cresce em uma velocidade diferente de quase toda a nação brasileira e que temos que

respeitar os nossos *copelianos*, uma empresa sólida, competente, com muitas pessoas que fazem um esforço grande, a maior companhia que temos no Estado do Paraná, que é premiada todos os anos pela gestão, pela sua eficiência e estamos recuperando um passado que deixou uma companhia buscando esse atraso e tentando avançar cada vez. O Estado cresce, avança, o agronegócio vem dando saltos e precisamos buscar aquilo que Governos passados não fizeram. Vou fazer uma comparação e vários Deputados que estão aqui são servidores do Estado. Como é que os nossos policiais no passado eram tratados pelo *Me chama que eu vou?* Como é que as nossas viaturas para os nossos policiais eram conduzidas?

**Deputado Guto Silva (PP):** Um aparte, Deputado.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Um aparte, Deputado Guto Silva.

**Deputado Guto Silva (PP):** Inicialmente, parabenizar V.Ex.<sup>a</sup> pelo aniversário. Está de parabéns hoje. Mais um ano de vida! E ouvi atentamente aqui também o debate sobre segurança pública e sobre energia e não posso me calar e fazer uma reflexão muito breve. É importante não sermos desonestos com os fatos, porque vamos puxar um pouquinho para trás, 10 ou 12 anos, a realidade da segurança pública do Paraná, diminuição de contingente, IML entregue com 119 corpos empilhados, mais de 40 delegacias interditadas, com a maior comunidade carcerária presa em delegacia. Essa era a realidade do Paraná há 10 ou 12 anos! Treze milhões atrasados no final do Governo em repasse de alimentos. Tínhamos, no Paraná, 50 homicídios por cada 100 mil habitantes, um dos maiores índices de homicídio do Brasil. Isso foi ontem! Então, o debate é importante, a questão... é natural que estamos próximos ao período eleitoral, mas não podemos ser desonestos ou ter memória seletiva só para poder apontar isto ou aquilo. Vamos ser francos com o debate! Então, vamos falar de segurança pública de forma franca. Ou alguém não se lembra dos policiais empurrando as viaturas por falta de combustível? Foi ontem! Energia elétrica, a Presidente Dilma, a doutora de energia, alguém não se lembra do problema da Eletrobras, a quebradeira da

Eletrobras, não se lembram do Levy? Olha, Levy, grande Ministro da Economia, com o tarifaço, porque tinham quebrado o sistema e depois abastecido o pagamento do arrombo do sistema elétrico do Brasil financiado pelos bancos públicos? Ué, então vamos puxar pela memória! Dez ou 20 anos atrás. Não vamos fazer seleção da memória só para fazer o debate político. Vamos ser francos! Segurança pública sempre é importante, mas tem que ser tratada como tal. É lógico que tem coisas para melhorar, coisas para evoluir, mas quando você pega uma linha do tempo dos investimentos, das coisas que estão acontecendo, é natural que você pode ver uma reestruturação do sistema com novas penitenciárias, com as delegacias esvaziadas porque agora os presos estão nas penitenciárias e os policiais civis podem fazer investigações. É óbvio que tem muita coisa para melhorar, agora não vamos aqui apenas pinçar algumas questões e fazer um debate aqui que parece que está acabando o mundo. A Dilma, a nossa Presidente Dilma, especialista em energia, arrebitou com o sistema elétrico do Brasil. E foi financiado até o pagando das concessões, inclusive a Copel, pago com dinheiro público, dos bancos públicos para financiar a má gestão e a corrupção. Então, vamos fazer um debate franco, honesto e com sinceridade. E queria apenas fazer esta contribuição sobre segurança pública, porque hoje tivemos um dia importante, com a entrega de viaturas para equipar, para podermos ir recuperando e tenho convicção de que pouco a pouco vamos poder melhorar e os resultados aparecendo com a queda de homicídios, com a queda da criminalidade, dando segurança ao povo do Paraná. Obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Obrigado, Guto. Acho que é isso mesmo, temos que sempre tratar sem demagogia as questões aqui da tribuna. E quem bate muitas vezes esquece! E a política é fantástica, porque ela nos dá a oportunidade de lembrar o passado, de lembrar a forma como era governado e nos oportuniza neste momento fazer esta lembranças, buscar isso tudo para debatermos. É infinitamente muito maior, é uma distância gigante, porque as urnas já nos mostraram nas duas últimas eleições que o *me chama que eu vou* já foi, é passado, é uma bolha que continuam alguns poucos tentando sobreviver em

cima dela. E estamos evoluindo! Defendo este Governo, estamos quebrando paradigmas, estamos mudando a forma de governar, sim, fazendo uma gestão de eficiência, de contribuição na área social enormemente. A própria Copel, na questão do trifásico, na rede elétrica inteligente, no programa *Energia Solidária*... Fala-se muito do passado, *Luz Fraterna*, demos um salto, mais do que dobramos com famílias beneficiadas, investimentos de mais de R\$ 121 milhões. Então, não tem como fazermos um contraponto do passado que o povo já não quis mais com aquilo que estamos exercendo! E a campanha virá para mostrarmos esse distanciamento e como eram tratados os servidores do Estado do Paraná e como hoje são tratados, e o povo paranaense. O Governador Ratinho Junior, tenho orgulho de defendê-lo, é um jovem capaz e inteligente que está mostrando uma atitude nova, quebrando paradigmas, mudando o conceito de fazer gestão pública, olhando, sim, para dentro, mas logicamente mostrando que o Estado do Paraná é um Estado bom para se investir, é a quarta maior economia do País, dando saltos econômicos, gerando empregos, gerando renda, trazendo empreendimentos para o nosso Estado. É isso que defendemos e é por isso que há um distanciamento enorme do passado, dessa bolha e que o povo já por duas vezes não quis mais para esta nova gestão que estamos imprimindo. Confio, defendo... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Marcel, por favor, para concluir.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Por isso que novamente e todas as vezes que trouxermos para a tribuna demagogia, vamos responder com a verdade. Muito obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Passamos à Ordem do Dia.

**ORDEM DO DIA.**

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Arilson Chiorato (PT), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(48 Parlamentares)**; **Deputados ausentes com justificativa:** Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; Alexandre Curi (PSD) conforme nos Termos do art. 97, §3.º, Incisivo III do Regimento Interno; Douglas Fabrício (CDN) conforme nos Termos do art. 97, §3.º, Incisivo I do Regimento Interno; Cristina Silvestri (PSDB) conforme nos Termos do art. 97, §4.º do Regimento Interno; Goura (PDT) conforme nos Termos do art. 97, §4.º do Regimento Interno **(5 Parlamentares)**; **Deputado ausente sem justificativa:** Artagão Junior (PSD) **(1 Parlamentar).**]

### **Projetos que necessitam de Apoioamento.**

**Projetos de Lei:** (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 164/2022, do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Mulheres



Rurais Casa da Cultura Góes Artigas; **Autuado sob o nº 165/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Tenda de Umbanda Filhos de Oxalá e Yemanjá; **Autuado sob o nº 166/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

### **Passamos aos Itens da pauta.**

Temos duas Redações Finais, Sr.<sup>s</sup> Deputados.

### **(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)**

**ITEM 1** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 16/2021, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Luiz Claudio Romanelli e Soldado Fruet, que proíbe a realização de corridas competitivas com cães.

**ITEM 2** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 237/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que denomina Valdomiro Frederico o viaduto localizado na Estrada Bonfim, PR-482, Km 135+490m, sobre a Avenida Paraná, no município de Umuarama.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

Há mais uma Redação Final.

**ITEM 3** – Redação Final do Projeto de Lei n.º 476/2021, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Goura, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Isabel Kugler Mendes. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

**ITEM 4** – 3.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 388/2020, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Gilson de Souza, Goura, Cristina Silvestri e Luciana Rafagnin, que

dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado, devem permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral da CCJ. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ na forma da Subemenda Substitutiva Geral. Vamos submeter e apreciar neste momento a subemenda substitutiva, aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição pede voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Registro a presença aqui do Prefeito de Nova Prata do Iguazu, Sérgio Faust, por solicitação do Deputado Reichembach. Seja bem-vindo à nossa Casa. Ainda pendentes os votos dos Deputados Cobra Repórter, Evandro Araújo, Guto Silva, Luiz Fernando Guerra e Michele Caputo. Votação encerrada, Sr.<sup>s</sup> Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Goura, Luiz Carlos Martins e**

*Nelson Justus (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda substitutiva geral.**

**ITEM 5** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 240/2021, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, a Lei Complementar n.º 161, de 3 de outubro de 2013, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. Substitutivo geral do Poder Executivo com parecer favorável da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Homero Marchese, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Boca Aberta Junior, Alexandre Amaro, Soldado Fruet, Luiz Fernando Guerra e Coronel Lee.)** **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

**ITEM 6** – 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 651/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1973/2021, altera o anexo da Lei Estadual n.º 20329, de 24 de setembro de 2020, que unifica os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e estabelece outras providências, com inclusão do anexo IV para que conste as atribuições dos cargos comissionados de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda de Plenário com parecer contrário da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** Voto “*sim*”.

**DEPUTADO MICHEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Estamos votando o Projeto. Ainda pendentes os votos dos Deputados Cantora Mara Lima, votou, o meu amigo Romanelli, Marcio Pacheco, Soldado Adriano José. Deputado Marcio Pacheco, o seu voto, por favor. Votação encerrada: **[*Votaram Sim: Adelino***

*Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Goura e Luiz Carlos Martins (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 651/2021.**

**ITEM 7 – 2.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 616/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina Rodovia Vinicius José da Costa o trecho da PR-539, que liga o município de Marilândia do Sul ao entroncamento com a BR-376. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Sr. Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Deputado Plauto, seu voto, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio*

*Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Goura, Jonas Guimarães e Luiz Carlos Martins (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 616/2021.**

**ITEM 8 – 2.ª** Discussão do Projeto de Lei n.º 67/2022, de autoria do Deputado Tião Medeiros, que estabelece diretrizes e critérios para licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos sólidos, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Regime de urgência. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto a subemenda substitutiva geral. Em discussão. Em votação. Votando, Sr.ª Deputados.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição é favorável ao Projeto e à subemenda, Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Fernando Martins, Galo, Homero, Nelson Luersen e Ricardo Arruda. Ainda pendentes os votos do Delegado Fernando e Homero Marchese. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli,

*Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Goura e Homero Marchese (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 67/2022.**

**ITEM 9** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 351/2021, de autoria do Deputado Paulo Litro, que determina que os agressores que cometerem o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento animal agredido, bem como participe de medidas de conscientização. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão. Em votação. Votando. Como indicam o voto os Líderes?

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Alguns Deputados ainda sem votar: Delegado Jacovós, Michele Caputo, Plauto Miró, Soldado Adriano José. Deputado Michele, já votou? Por favor, assessoria, auxilie o Deputado Michele. Use outro terminal, Deputado. Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto*

*Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício e Goura (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 351/2021.**

**ITEM 10** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 654/2021, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi e Mauro Moraes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Hélio Airton Lewin. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETO (PL):** A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ainda pendentes os votos dos Deputados Adelino Ribeiro, Homero Marchese e Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Goura e Homero Marchese (9

*Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 654/2021.**

**ITEM 11** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 24/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Otto Santos da Cunha. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** A Situação também pede voto “*sim*”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Votação encerrada, Sr.ª Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Gilson de Souza, Goura e Homero Marchese (10 Deputados).*]*]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 24/2022.**

**ITEM 12** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 50/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que institui o Dia do Padroeiro do Budismo, a ser realizado anualmente em 18 de abril. Parecer favorável da CCJ. Por uma solicitação do



nosso amigo, Ex-Deputado Nishimori. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** O Governo também pede voto “*sim*”, a Liderança.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** *Pela ordem.* Ficou uma dúvida hoje na CCJ, Sr. Presidente, se seria Padroeiro ou Patrono, porque entendemos que não há Padroeiro e há Patrono do Budismo. E aí houve um entendimento com a Deputada Maria Victória e o Deputado Marcel, que é o Líder do Governo, que, na Redação Final, pudéssemos fazer daí a devida correção. Então, acredito que todos vão votar favorável, até porque o Projeto é extremamente tanto Constitucional como meritório, mas daí, como foi dito pela Deputada Maria Victória, não é, Deputada Maria Victória, no final faz-se a correção.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Ok. Deputada Maria Victória.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** *Pela ordem*, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** *Pela ordem*, Deputado Alexandre Amaro.

**DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP):** Estou com uma dúvida aqui, Sr. Presidente. O senhor pode nos dizer quem é o Padroeiro do Budismo, por gentileza?

**DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP):** Para encaminhar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Pois não.

**DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP):** Quero só esclarecer as Vossas Excelências. A pedido inclusive do Deputado Tadeu Veneri, fizemos a pesquisa para que fosse feito o parecer e depois confirmamos que aqui no Brasil é essa a nomenclatura. Então, é Padroeiro do Budismo, foi confirmado, só para que aqui seja esclarecido. Então, encaminhamos o parecer favorável na CCJ, foi aprovado e agora pedimos o voto dos nobres Parlamentares. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Para o Deputado Alexandre Amaro, por favor, V.Ex.<sup>a</sup> anote o nome, que o Deputado Romanelli vai fazer a leitura aqui do Padroeiro.

**SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD):** O Padroeiro é o Mestre Ibaragui Nissui Shounin. É o Mestre aqui, o Padroeiro do Budismo, obviamente é um dos ícones do Budismo. Mestre Ibaragui Nissui Shounin. O senhor anotou? Conseguiu anotar ou não?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Peço aos Sr.<sup>s</sup> Deputados, por favor, que votem. A título de informação, esse grande líder estará no Paraná, pela informação que tivemos, na semana que vem para comemorar esta data. Portanto, Sr.<sup>s</sup> Deputados, vamos encerrando a votação, com os votos pendentes ainda dos Deputados Delegado Fernando Martins e Alexandre Amaro. A nossa assessoria se antecipou e já zerou o painel: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); **Abstenção:** Marcio Pacheco (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto,

*Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Gilson de Souza, Goura e Nereu Moura (12 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis, 1 abstenção e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 50/2022.**

**ITEM 13** – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 115/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Capital da Cavalgada ao município de Cafezal do Sul. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

**DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT):** A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETO (PL):** A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vamos votar, Sr.<sup>s</sup> Deputados, por favor.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETO (PL):** Em nome do Deputado Alexandre Curi, peço voto “*sim*”, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Senhores Deputados, por favor, ainda há muitos Parlamentares que não votaram. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Gilson de*

*Souza, Goura, Homero Marchese, Mabel Canto, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Requião Filho e Ricardo Arruda (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está Aprovado o Projeto de Lei n.º 115/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

## **REQUERIMENTOS.**

Senhor Líder do Governo... Por favor, Sr. Líder do Governo. **Requerimento n.º 1078/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando informações ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti, conforme especifica.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Para retirar, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Vai retirar? Devidamente retirado pelo autor.

**Requerimento n.º 1083/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, sobre a ausência de energia elétrica na região noroeste do Estado do Paraná.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Adia-se na forma regimental.

**Requerimento n.º 1092/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando informações ao Secretário de Estado da Fazenda, conforme especifica.

**DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL):** Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Adia-se na forma regimental.

**Requerimento n.º 1084/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 616/2021, da Ordem do Dia; e **Requerimento n.º 1085/2022**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 651/2021, da Ordem do Dia.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

**Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimento n.º 1067/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Coronel Rômulo Marinho Soares, requerendo reforço de policiamento no bairro Hauer, em Curitiba; **Requerimento n.º 1068/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Norberto Ortigara, requerendo visita à região Oeste para avaliação de estradas na agricultura, por ocasião da tempestade ocorrida em 22 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1069/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos atletas Luiza Pilatti, campeã brasileira de Judô da região V, Milena Orzechowski, medalhista de prata, Luize Borges, Letícia Borges, Eduardo Freitas e Amanda Antônia, todos medalhistas de bronze, representantes de Pinhão; **Requerimento n.º 1070/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e Aviação Civil do Tribunal de Contas da União, requerendo o agendamento de reunião com o Subsecretário Fábio Augusto de Amorim e Auditores que estarão em Curitiba entre os dias 25 e 27 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1071/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de votos de congratulações pelas comemorações aos 75 anos da APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do

Paraná; **Requerimento n.º 1074/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Policial Militar Ricieri Chagas; **Requerimento n.º 1075/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo uma política de apoio aos agricultores rurais do Oeste do Paraná; **Requerimento n.º 1076/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o registro de envio de votos de pesar à família pelo falecimento do cabo da Polícia Militar do Paraná Ricieri Chagas; **Requerimento n.º 1077/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando o registro de moção de aplausos e votos de agradecimento ao Cabo da Polícia Militar do Paraná, Ricieri Chagas; **Requerimento n.º 1079/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando registro e envio de menção honrosa ao Sr. Renato Tavares; **Requerimento n.º 1080/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do Policial Militar Ricieri Chagas; **Requerimento n.º 1081/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo um redutor de velocidade no trevo de entroncamento da PR-218, no município de Congoinhas-PR; **Requerimento n.º 1086/2022**, dos Deputados Tadeu Veneri e Requião Filho, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná e ao Sr. Coronel Hudson Leôncio Teixeira, requerendo a promoção dos policiais que atuaram na noite de 17 de abril e madrugada de 18 de abril de 2022, em Guarapuava; **Requerimentos n.ºs 1087 e 1089/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Tabajara Souza Marques; e Dr. Edison Giraldi; **Requerimento n.º 1088/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Grupo Uninter; **Requerimento n.º 1090/2022**, dos Deputados Coronel Lee e demais Parlamentares, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a adequação nos planejamentos futuros junto à nova concessionária que será ainda selecionada que irá construir obras na BR-277, no município de Cascavel, mais precisamente no bairro Cascavel Velho, dando prioridade à viabilidade de obras;

**Requerimento n.º 1091/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, acerca do fechamento do período vespertino EJA da Escola Estadual da Fazenda Rio Grande e da negativa de professor de apoio educacional especializado (PAEE) ou atendimento educacional especializado (AEE) para alunos de outras escolas estaduais; **Requerimento n.º 1093/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Policial Militar Soldado Evilin Priscila Saionara Vargas; **Requerimento n.º 1094/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sr. Fernando Furiatti, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo a construção de uma terceira pista na PR-317, no sentido Ouro Verde do Oeste a Toledo, principalmente no trecho que engloba a ponte do Rio São Francisco até o anel viário de Toledo; **Requerimento n.º 1095/2022**, dos Deputados Estaduais integrantes da Frente Parlamentar sobre o pedágio no Paraná, requerendo a juntada de relatório 02: análise do novo modelo, elaborado pela equipe técnica do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para análise do Ministro Relator Dr. Walton A. Rodrigues, e para análise da equipe técnica da Secretaria da Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (Seinfrarodoviaaviação), para solicitar revisão dos procedimentos e documentos da modelagem proposta pela ANTT.

#### **Requerimentos com despacho do Presidente.**

**À Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento n.º 1073/2022**, do Deputado Artagão Junior, solicitando a retirada de assinatura do Requerimento de Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de Irregularidades na Gestão do Serviço de Segurança Pública do Estado.

#### **Justificativas de ausência.**

**Deferido conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º**

**1072/2022**, do Deputado Jonas Guimarães, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1098/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de abril de 2022.

**Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno** (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1082/2022**, do Deputado Requião Filho, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 18 a 20 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1096/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 19 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1097/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 26 a 30 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1099/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25 de abril de 2022.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):** Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra para amanhã, às 9h30, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 548/2018, 666/2021, 23/2022 e 44/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 67/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 351/2021, 654/2021, 24/2022, 50/2022 e 115/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 30/2022, 90/2022, 155/2022, 156/2022 e 163/2022.

**“LEVANTA-SE A SESSÃO.”**

(Sessão encerrada às 16h39, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)